

CONIMBRIGA: oitenta anos de um projecto

resultados e perspectivas
num momento de charneira

por Virgílio Hipólito Correia

Director do Museu Monográfico de Conimbriga.

Celebram-se em 2009 oitenta anos de escavações sistemáticas em Conimbriga. Este espaço de tempo fez de Conimbriga a principal estação arqueológica do país, em área de escavação aberta ao público para visita, na dimensão da instituição que directamente a gere, no volume de produção científica a ela associada e também no imaginário colectivo do país.

Oitenta anos é também um espaço temporal que permite, com algum recuo, avaliar dos problemas e da solidez das soluções encontradas. Este exercício é especialmente importante, pois um dos elementos fundamentais do projecto de Conimbriga tem sido uma forte ligação entre sucessivas gerações de investigadores e responsáveis, pelo carácter de herança desejada e afirmada, mesmo entre períodos por vezes afastados e apesar de soluções de continuidade (algumas delas dramáticas), que conferem à actividade desenvolvida na cidade romana uma noção unitária nos propósitos, que não é demais salientar.

A génese (1873-1928)

Conimbriga foi parte essencial do desenvolvimento da Arqueologia por-

tuguesa no período da sua evolução da erudição e do antiquariato para uma perspectiva científica nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. A. Mendes Simões de Castro, A. C. Borges de Figueiredo e António Augusto Gonçalves vão estabelecer as bases de um tratamento científico das questões relativas à cidade e, através da sua ligação ao Instituto de Coimbra e ao seu Museu, criar um precedente que se vai revelar de um potencial extraordinário: a conservação em Coimbra da esmagadora maioria dos objectos provenientes de achados e escavações na cidade – são realmente muito poucos os que foram deslocados para outros Museus ou colecções.

As primeiras escavações importantes, em 1899, permitem recolher no Museu uma colecção variada, com algumas peças de grande importância, e a publicação de sucessivas revisões dos catálogos coloca essas peças ao dispor da comunidade científica. Deu também origem à primeira representação cartográfica da cidade, num exercício de contextualização museográfica a todos os títulos pioneiro.

Dentro deste período é importante também mencionar a declaração das Ruínas de Conimbriga como Monumento Nacional, integrada nos decretos republicanos que, aparentemente, pôs fim a um movimento nascente de escavações oca-

r e s u m o

Celebram-se em 2009 oitenta anos de escavações arqueológicas sistemáticas na cidade romana de Conimbriga (Condeixa-a-Nova, Coimbra).

A propósito, o autor recorda o percurso de gerações de investigadores e responsáveis e avalia os problemas e a solidez das soluções encontradas. Caracteriza também a situação actual e sintetiza os programas de intervenção a curto e médio prazo.

p a l a v r a s c h a v e

Conimbriga; História da Arqueologia portuguesa; Época Romana; Musealização de sítios; Museologia; Turismo.

a b s t r a c t

2009 is the 80th anniversary of systematic archaeological excavations in the Roman city of Conimbriga (Condeixa-a-Nova, Coimbra).

On this occasion, the author recalls the work of generations of researchers and directors and assesses the problems encountered and the solutions found. He also refers to the present situation, summarising short and medium term intervention programmes.

k e y w o r d s

Conimbriga; History of Portuguese Archaeology; Roman times; Site Musealisation; Museology; Tourism.

r é s u m é

On célèbre en 2009 quatre-vingts ans de fouilles archéologiques systématiques dans la cité romaine de Conimbriga (Condeixa-a-Nova, Coimbra).

A ce propos, l'auteur rappelle le parcours de générations de chercheurs et de responsables, et évalue les problèmes et la solidité des solutions trouvées. Il caractérise aussi la situation actuelle et synthétise les programmes d'intervention à court et moyen terme.

m o t s c l é s

Conimbriga; Histoire de l'Archéologie portugaise; Époque romaine; Sites-Musées; Muséologie; Tourisme.

sionais e de aquisições esporádicas de achados fortuitos (António dos Santos Rocha, Francisco Tavares Proença Júnior, Francisco Hipólito Cabaço), vindo a ser instrumental para o desenvolvimento da fase que se lhe seguiu.

Também nesta fase surge na história da descoberta de Conimbriga um nome principal, José Vergílio Correia Pinto da Fonseca, que em 1916 publica o seu primeiro artigo (sobre a ocupação sidérica do planalto), vindo a ser nomeado professor da Faculdade de Letras de Coimbra em 1921.

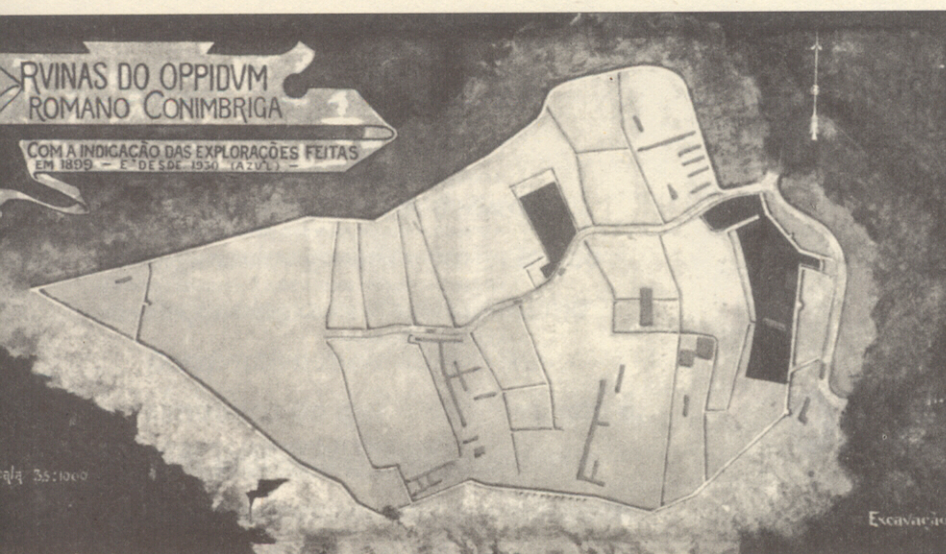


Figura 1 ↑

Planta das escavações de 1899, com adição das campanhas 1929-1930.

A primeira fase (1929-1962)

Em 1929 inaugura-se a primeira grande época de colaboração institucional que vai dar origem à instituição de Conimbriga tal como hoje a conhecemos. São protagonistas desta colaboração a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Pontificam neste período Vergílio Correia (até à sua morte precoce em 1944) e João Manuel Bairrão Oleiro (a partir de 1952).

É a grande época da expropriação dos terrenos com interesse arqueológico (infelizmente, nem todos aqueles que hoje entendemos incluírem-se nessa categoria), das escavações das grandes residências e da conservação *in situ* dos seus mosaicos e da insistente proposta de um Museu Monográfico, que finalmente se inaugura em 1962 (com Bairrão Oleiro como seu director, à época não sendo já docente da Faculdade de Letras).

No fim deste período estão já presentes, primeiro como alunos colaboradores,

depois como directos responsáveis, Jorge e Adília Alarcão, que vão conduzir os destinos de Conimbriga no período seguinte.

A fase áurea (1964-1998)

Entre 1964 e 1986, materializam-se os dois grandes empreendimentos que dão a Conimbriga o aspecto pelo qual ela é hoje reconhecida: as escavações luso-francesas e a renovação do Museu Monográfico. Com estes dois projectos coexistiu um outro desenvolvimento: o da afirmação de Conimbriga como o principal pólo nacional de conservação do Património arqueológico (móvel e imóvel).

Individualmente considerado, o projecto de escavações luso-francesas de Conimbriga, foi o principal instrumento de promoção da qualidade da Arqueologia portuguesa antes do 25 de Abril de 1974.

As escavações iniciadas em 1964 por J. M. Bairrão Oleiro e Robert Etienne e que, da parte portuguesa e desde 1967, contariam com a co-direcção de Jorge de Alarcão, foram a primeira abordagem moderna de um sítio romano de características urbanas em Portugal. A sucessão temporal de projecto de escavação e publicação integral dos resultados (ainda hoje modelar), colocou a Arqueologia clássica portuguesa num patamar respeitabilíssimo, onde ainda hoje, em parte graças à reputação herdada, se mantém.

Por outro lado, o Museu Monográfico de Conimbriga, quando foi reaberto em 1986 era, indiscutivelmente, o melhor museu arqueológico da Península Ibérica, e



Fotos: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

← Figuras 2 e 3 ↓

À esquerda, escavações de 1929 na casa de Cantaber. Em baixo, escavações da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos 1940.





← Figuras 4 a 7 ↓

À esquerda, grupo de visitantes de Conimbriga nos anos 30 (participantes do 30º Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia?).

Em baixo, o fórum de Conimbriga, no final das escavações.

Na base da página, aspecto exterior e da exposição permanente do Museu Monográfico de Conimbriga.

conseguiu este feito com uma colecção notoriamente difícil, desprovida de peças de grande entidade.

Desde a sua criação, o Laboratório de Conservação e Restauro foi um dos elementos essenciais da actividade do Museu Monográfico de Conimbriga, contando para além disso, também desde o início da actividade, com a colaboração de Adília Alarcão, que tinha obtido formação específica na área no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres. O capital de conhecimentos e os recursos humanos formados na casa, que estavam então no auge das suas capacidades, o volume de trabalhos desenvolvidos sobre os materiais de Conimbriga e de outras colecções (nomeadamente a do Museu Nacional de Arqueologia), fizeram do Laboratório a *alma mater* por onde tudo (figurada e literalmente) passava. Por outro lado, a integração nos quadros do Museu da equipa de conservação de mosaicos que até aí trabalhava enquadrada pela DGEMN, criou a massa crítica que permitiu abordar a temática da conservação do património arqueológico de uma forma global e integrada.

Foi neste contexto que se deu a grande aposta na formação, no âmbito do programa CPC (Conservação do Património Cultural) do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Daqui resultaria a criação dos

cursos de técnicos de conservação e restauro promovidos pelo IPPC e reconhecidos pelo Ministério da Educação, que por sua vez estiveram na origem da Escola Superior de Conservação e Restauro, instalada em Lisboa, mas mantendo uma ligação umbilical a Conimbriga.

Conimbriga: a situação actual

Actualmente as ruínas da cidade romana de Conimbriga são um Monumento Nacional, Património do Estado, local aberto ao público para promoção da Cultura, da Educação e da Ciência (MUSEU... 2006).

O Museu Monográfico de Conimbriga, construído para conservar o Património móvel proveniente do sítio arqueológico, é a instituição que gere directamente as Ruínas, com elas constituindo um todo orgânico e institucional. O Museu Monográfico de Conimbriga é um serviço desconcentrado da Administração Central do Estado, sob a tutela do Instituto dos Museus e da Conservação.

O Museu Monográfico de Conimbriga tem como missão institucional:

1 – Assegurar a protecção e conservação das Ruínas de Conimbriga e promover a sua exposição pública.



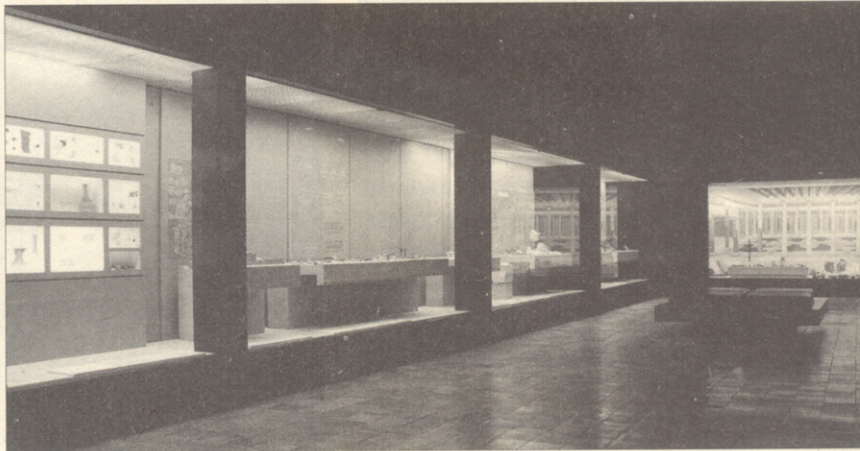
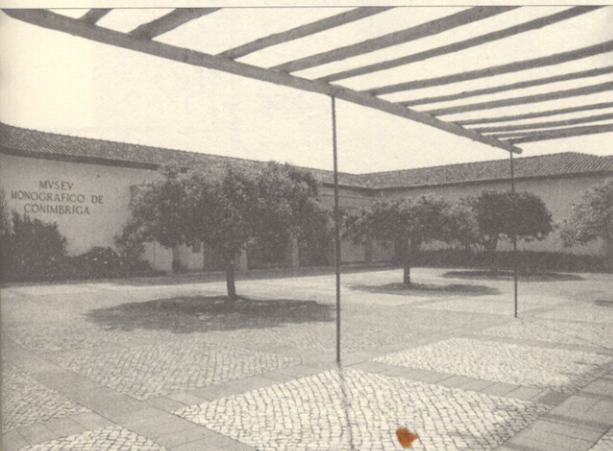
Fotos: Museu Monográfico de Conimbriga

2 – Prosseguir a investigação arqueológica da cidade.

3 – Prestar, ao público em geral, serviços no domínio da conservação e restauro de bens arqueológicos, móveis e imóveis.

A prática seguida desde a fundação cometeu ao Museu Monográfico de Conimbriga outros objectivos funcionais, designadamente:

1 – Contribuir para a divulgação das boas práticas em conservação e restauro de bens arqueológicos, designadamente através da formação de recursos humanos.



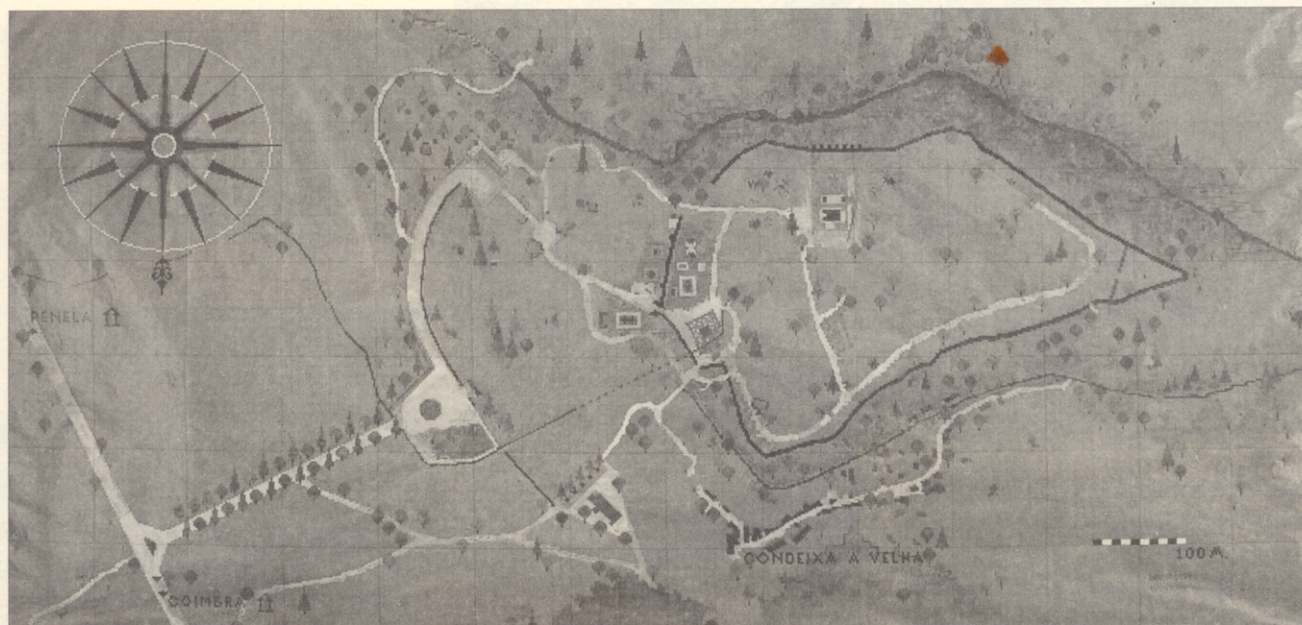


Foto: Museu Monográfico de Conimbriga

2 – Contribuir para a gestão do território e para o desenvolvimento local, dentro da área de protecção do Monumento Nacional, mas também fora dela, em articulação com as entidades responsáveis.

Mas é evidente que, de todo este conjunto de valências, existentes ou desejadas, é a exposição pública, ou seja, o seu carácter de atracção turística, que marca determinantemente a percepção pública de Conimbriga e que tem ditado principalmente os rumos seguidos pela instituição.

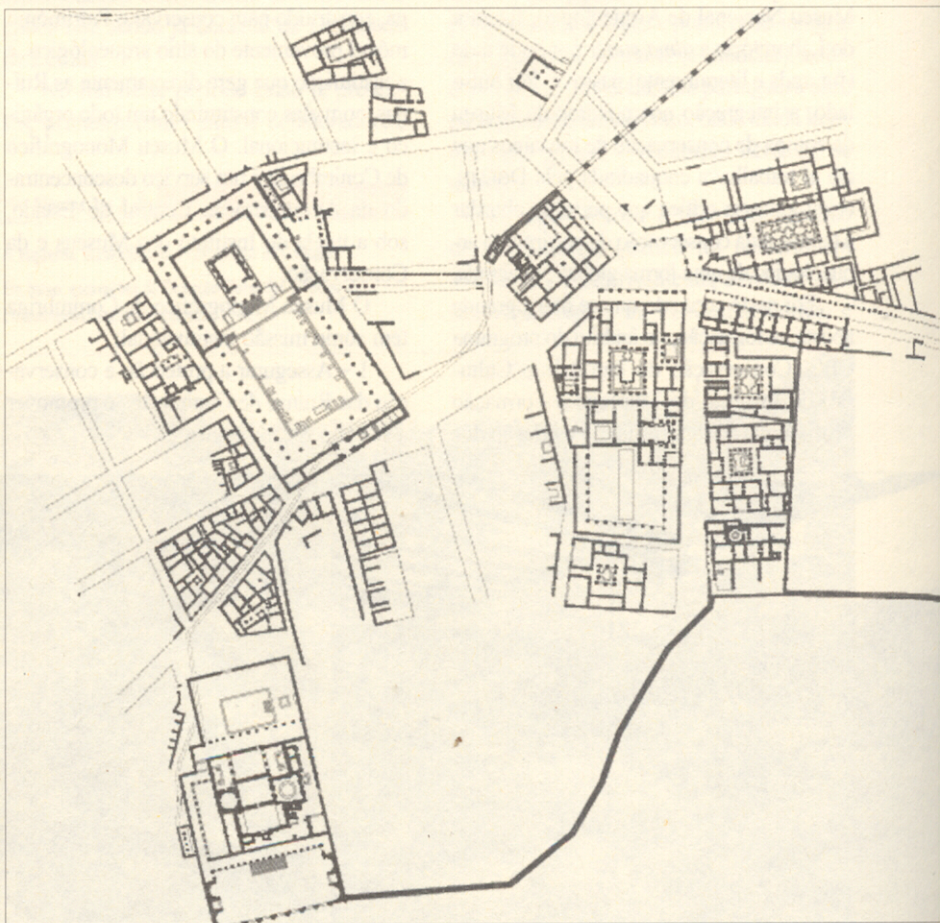
Um sítio arqueológico e uma atracção turística

O turismo, a atracção de visitantes, foi desde um primeiro momento, parte essencial da mensagem desejada para o local: Conimbriga entrou nos roteiros turísticos promovidos e divulgados pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), e a sua ligação umbilical à Universidade de Coimbra promoveu o local como ponto de passagem (e motivo central de atracção) para visitas escolares providas de todo o país, constituindo desde logo a coluna dorsal dos movimentos de público (OLIVEIRA 2004).

Mas importa separar dois planos: o das intenções oficiais das entidades públicas de tutela, que frequentemente se têm pautado por uma completa vacuidade; e o conjunto de intenções perseguidas por um conjunto apreciavelmente coeso de responsáveis e colaboradores técnicos da instituição no último meio século.

Neste segundo plano, podemos porventura encontrar o que tem sido uma “visão”

para Conimbriga, primeiro enunciada por J. M. Bairão OLEIRO (1952) e a partir daí perseguida por sucessivas gerações, até à equipa coordenada pelo autor deste texto: Conimbriga é a primeira estação arqueológica do país, pela sua importância histórica, pela extensão em que é conhecida e pela imagem no público em geral. Deve ser a sede da principal escola de Arqueologia Clássica em Portugal, em estreita colaboração com a



↑ Figuras 8 e 9 →

Em cima, o projecto geral de Conimbriga desenhado nos anos 1960. Alguns dos seus elementos essenciais estão ainda por implementar.

À direita, o urbanismo romano de Conimbriga no período flaviano (seg. CORREIA e ALARCÃO 2008).

Em baixo, maqueta do fórum flaviano.

À direita, ensaio de visualização de Conimbriga no século II d.C. (seg. Jean-Claude Golvin).

Universidade, e deve estender o seu impacto cultural ainda além desse âmbito, pois a demonstração do valor cultural e social do Património deve ser geradora de experiências, semelhantes ou mais avançadas, noutros pontos do país.

Os elementos essenciais desta visão radicam portanto em dois campos indissociáveis, a Conservação e a Investigação, e num espírito de missão, de serviço público, que se quer desenvolvido. Infelizmente, é frequentemente sobrevalorizado o elemento turístico medido pelo único indicador (que consideramos rudimentar) do número de visitantes. Na realidade, é porventura mais interessante e certamente muitíssimo mais proveitoso pensar numa atracção turística dirigida a um público interessado no chamado “turismo cultural”, neste caso na vertente mais específica de turismo de ciência e também num turismo de natureza, do que, como comumente é o caso, estar psicologicamente dependente da próxima leva maciça de excursionistas.

Os objectivos perseguidos em Conimbriga resumem-se, pois, em atrair públicos diversos, interessados num local de cultura, e atrai-los através do desenvolvimento e publicitação de um projecto cultural de longo alcance, onde a conservação do Patrimó-

nio e a divulgação do conhecimento através da investigação arqueológica se cruzam com o desenvolvimento local sustentável, condição *sine qua non* do sucesso do projecto e, no limite, do valor social que esse projecto pode ter, e deve ter, numa sociedade democrática (ALARCÃO e CORREIA 2004).

Uma visão actual

O elemento essencial da estratégia de desenvolvimento do projecto de Conimbriga no momento actual assenta no seguinte raciocínio: o elemento fulcral de Conimbriga é a investigação arqueológica de uma antiga cidade romana. É isso que expõe novas áreas ao público, promove ou permite promover a consciência pública sobre o local e aumentar o valor do acervo científico e académico da instituição. A investi-

gação é, portanto, o “pivot” fundamental da actividade do Museu.

Desde 1996, Conimbriga atravessa um período de desenvolvimento da investigação dotado de uma dinâmica sem paralelo desde os anos sessenta do século passado. Esta investigação tem sido enquadrada no Museu Monográfico numa perspectiva de grande abertura a projectos externos, à promoção dos projectos internos quando eles têm condições de progredir, e a uma política fortemente activa de procura de colaborações com investigadores com potencial, e de parcerias com os centros de investigação e os departamentos universitários que melhor podem contribuir para o avanço do conhecimento da cidade romana.

O factor crítico de sucesso do desenvolvimento da museologia de Conimbriga, como museologia de ciência está, como se disse, na articulação dos projectos de investigação com uma iniciativa abrangente no âmbito da comunicação educacional e na promoção. Projectos e iniciativa, no entanto, não dispensam um investimento infra-estrutural importante, cujas linhas mestras foram identificadas em 1954 e que têm sido sucessivamente reclamadas e repropostas desde 1962, mas que se fazem ainda esperar. Diga-se que, individualmente consideradas todas as especificidades da gestão pública, a maior delas é sem dúvida a imponderabilidade das decisões de investimento, dependentes como estão, sempre, de considerações políticas de fundamentação nem sempre racional.

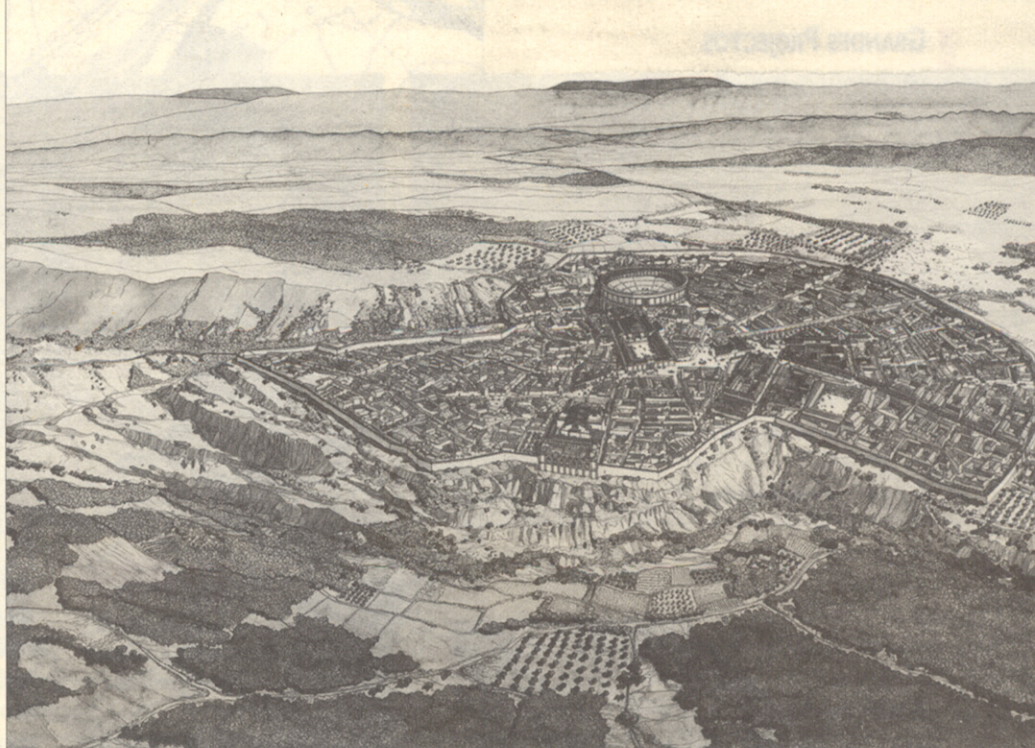


Foto: Museu Monográfico de Conimbriga.

Figura 12 →

Área arqueológica de Conimbriga aberta ao público.

- A. Escavações antigas;
- B. Monumentos das escavações luso-francesas recentemente intervenionados;
- C. Insulas das escavações luso-francesas intervenionadas pelo MMC;
- D. Novas escavações em curso.

A intervenção recente

O investimento em Conimbriga vem sendo feito, desde os anos oitenta, no quadro dos fundos europeus de que Portugal tem usufruído. Neste âmbito, foi de relevo saliente o investimento levado a cabo dentro do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que permitiu fechar a primeira fase de intervenção em Conimbriga, a da consolidação da área arqueológica escavada desde os anos 40 (com relevo para as escavações luso-francesas de 1964-1971).

Com efeito, as escavações levadas a cabo em Conimbriga pela Missão Arqueológica Francesa em Portugal, em colaboração com o Instituto de Arqueologia de Coimbra, constituíram uma radical solução de continuidade relativamente às escavações anteriores, pois não existia contiguidade entre as áreas, e foram diferentes a metodologia utilizada e a própria dimensão com que o projecto de investigação foi pensado. A ausência de uma verdadeira perspectiva de valorização associada ao projecto teve como consequências que, mais de uma década depois de terminadas as escavações (quando se reinaugurou o Museu), não existisse ainda um projecto para a abertura ao público da área escavada, e que se tenha celebrado o trigésimo (!) aniversário das escavações sem que esse projecto estivesse consolidado.

Nos anos 80, o Plano Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, instrumento do I QCA, tinha já permitido, no âmbito do IPPC, que então tutelava Conimbriga, estruturar as bases de um projecto de intervenção, mas os resultados não foram, no entanto, os esperados; a Conimbriga acessível ao visitante continuou a ser, apenas, a área das escavações feitas até 1944.



Reformulações da orgânica do IPPC (depois IPPAR), a criação do Instituto Português de Museus e a bizarra decisão do legislador de dividir a tutela de Conimbriga entre o IPM (o Museu Monográfico) e o IPPAR (as Ruínas), dificultaram o completamento do projecto e o seu avanço para novas frentes, com a inevitável instalação de uma situação de indefinição essencial dos destinos do sítio, aliás incompatível com o sustentado crescimento dos públicos, que viriam a atingir 200 mil visitantes anuais no final da década de 90.

Só entre 1999 e 2001 se criaram as condições para lançar o projecto cujos primeiros passos se tinham dado em 1994: com sessenta anos de intervalo, a área aberta ao público em Conimbriga crescia finalmente (mais do que duplicava) para cumprir a missão essencial da instituição, permitir fruir os vestígios do passado expostos pelo labor dos arqueólogos. Paralelamente, tomaram-se a nível da tutela as decisões conducentes ao desenvolvimento do programa geral de intervenção, que se espera continue sem mais soluções de continuidade de tal largueza.

O programa da intervenção

Neste contexto, a primeira fase da intervenção em Conimbriga, consistindo es-

sencialmente na obra de conservação e valorização dos monumentos – fórum, termas do Sul e do aqueduto –, respondia a três pontos programáticos essenciais:

– Proteger adequadamente os vestígios do povoado pré-romano. Foi julgado importante para o discurso museológico a desenvolver nas Ruínas, a valorização desses vestígios enquanto testemunho da “espessura temporal” da vida da cidade e do aspecto propriamente urbano de um local habitado ao longo de um espaço plurigeracional, na verdade até pluricivilizacional, elemento muitas vezes ausente do discurso histórico feito a propósito de sítios arqueológicos.

– Tratar do ponto de vista arquitectónico estas coberturas e a sua relação com os monumentos flavianos, dando a estes a necessária expressão plástica. Teria sido danoso à compreensão do sítio arqueológico o tratamento isolado de elementos de diversa natureza técnica (digamos, a cobertura das áreas do fórum e a cobertura sobre o bairro indígena); o exemplo da cobertura da casa dos repuxos, na medida em que estabelece um corte com a sua envolvente patrimonial e natural, é bem demonstrativo da potencial perturbação à fruição e à leitura que esse tipo de soluções acarreta. Foi portanto indispensável encarar uma intervenção global nos monumentos, necessariamente adaptada às suas dimensões e ao



Fotos: Museu Monográfico de Conimbriga.

seu carácter monumental intrínseco; a monumentalidade da intervenção foi, portanto, de natureza propriamente programática e não é acidental.

– Adicionar ao conjunto valências adequadas à situação actual do sítio, do ponto de vista cultural e sociológico. Conimbriga é, actualmente, tanto um sítio arqueológico como um centro cultural “*tout court*”. Ainda que não esteja neste momento acessível nenhum edifício de espectáculos antigos da cidade, as solicitações feitas ao sítio obrigam a uma consideração ponderada das indicações da Carta de Verona e da Declaração de Segesta, e as intervenções desenvolvidas nestes parâmetros têm de acontecer, como é óbvio, no respeito completo pela natureza do sítio arqueológico e dos vários espaços que o compõem.

É ainda cedo para avaliar completamente do impacto que esta notável, e pioneira, intervenção no património de Conimbriga tem. Desde já uma indicação importante: a intervenção revelou-se um sucesso junto do público em geral.

Figuras 13 e 14 ↑

Em cima, à esquerda, intervenção na palestra das termas. O solo da palestra é uma laje leve, que criou uma cave onde se podem visitar os vestígios da Idade do Ferro.

Em cima, à direita, intervenção no fórum, com maqueta à escala 1:1 das colunas originais.

Figuras 15 e 16 →

À direita, áreas com obras de reconstrução recente assinaladas a cinzento, em desenhos de Pedro Alarcão, sobre originais de J. C. Golvin, CNRS, Pau, 1977 (seg. ALARCÃO e ETIENNE 1977: Planches XII e XXVII).

Figura 17 ↓

Em baixo, auditório de ar livre na zona não escavada das termas do aqueduto.

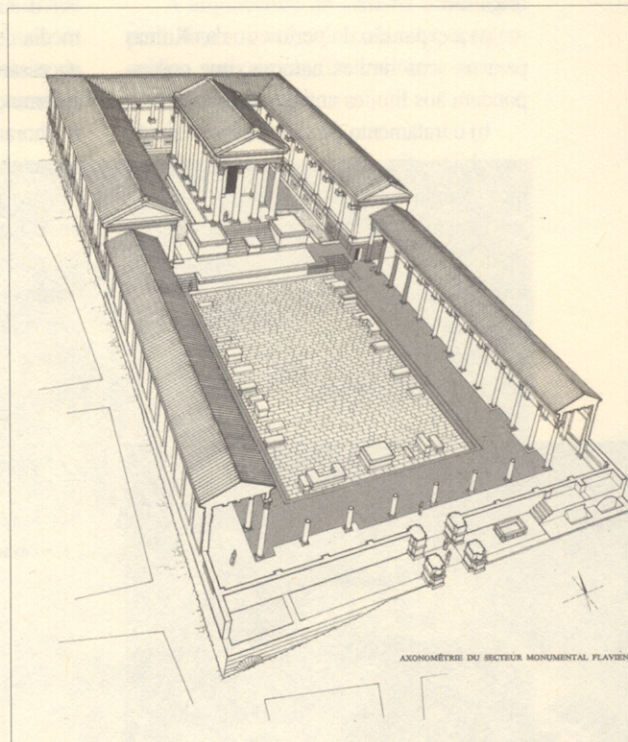
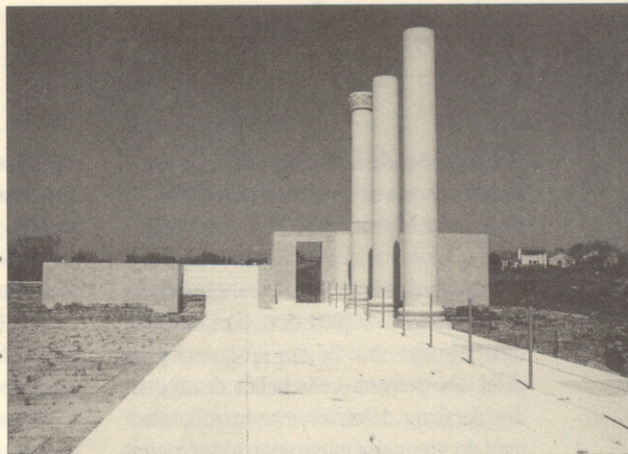
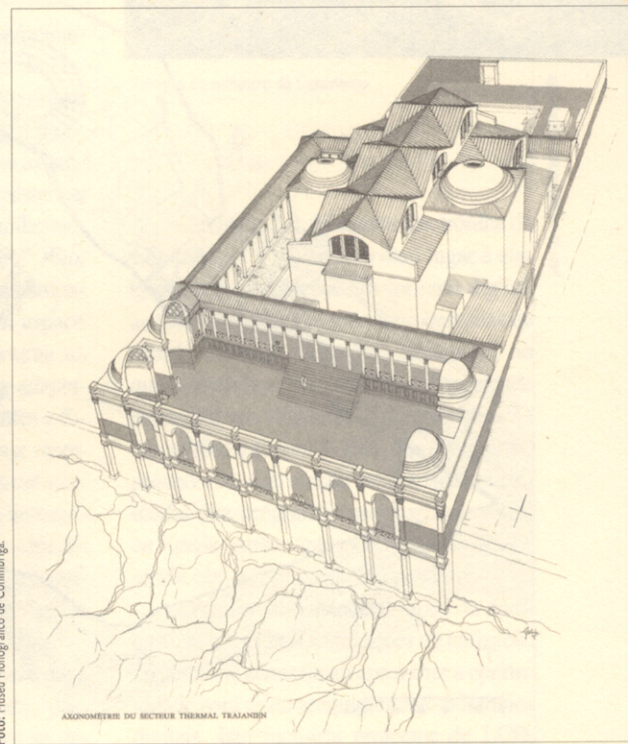


Foto: Museu Monográfico de Conimbriga.



As intenções de base do Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga

Como dissemos, a intervenção levada a cabo de 1999 a 2004 deve considerar-se uma primeira fase de um programa mais geral. Os elementos essenciais desse quadro geral de desenvolvimento infraestrutural do programa museológico de Conimbriga são:

a) a expansão do perímetro das Ruínas para os seus limites naturais, que correspondem aos limites antigos da cidade;

b) o tratamento de todo o espaço aberto ao público com uma linguagem arquitectónica reconhecivelmente unitária;

Para além destes elementos, é necessário qualificar todo o espaço envolvente por forma a criar:

c) espaços para a realização de uma gama vasta de actividade culturais dentro do perímetro arqueológico;

d) condições de fruição das áreas monumentais da cidade, mediante a integração dos principais monumentos no percurso aberto ao público;

e) fluidez de circulação entre o Parque e o espaço urbano envolvente, como forma de potenciar o impacto turístico no tecido sócio-económico local.

Este programa deve permitir receber um volume de visitantes acrescido, promover o aumento do tempo de permanência média do visitante, instalar os dispositivos necessários à oferta de visita com conforto, informação e diversificação de percursos, melhorar as condições de conservação e manutenção das ruínas, do conjunto do perímetro arqueológico e das áreas envolventes e facilitar a operacionalidade dos serviços técnicos do Museu e, ainda, oferecer condições adequadas aos promotores externos de iniciativas que promovam e animem o Parque.

Projectos futuros (2ª fase)

Quando este texto é entregue para publicação, estão criadas condições para, no âmbito do 4º Quadro de Referência Estratégico Nacional, se desencadear a 2ª fase de intervenção em Conimbriga, a financiar através do Programa PROVERE.

Os projectos a implementar neste momento em Conimbriga perseguem três objectivos:

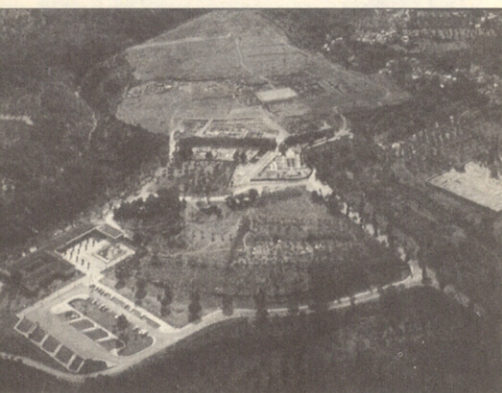
– Objectivo 1: promoção do perímetro arqueológico enquanto parque urbano;

– Objectivo 2: reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos;

– Objectivo 3: valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados.

No que diz respeito ao primeiro objectivo (promoção do perímetro arqueológico enquanto parque urbano), identificaram-se os seguintes projectos:

– Projecto 1.1. Expropriações e consolidação do parque arqueológico: visam a efectiva salvaguarda dos vestígios arqueológicos da cidade romana de Conimbriga, eliminando uma vasta gama de ameaças ao seu Património, permitindo a gestão dos no-



Figuras 18 e 19

Vista aérea de Conimbriga, de Este, e planta da área arqueológica, na actualidade.



Foto: Museu Monográfico de Conimbriga

CONIMBRIGA

DESENHO: PEDRO ALARCÃO E VIRGÍLIO H. CORREIA
EXECUÇÃO: CRUZALARCÃO ARQUITECTOS LDA, 2006
© IPM / MUSEU MONOGRÁFICO DE CONIMBRIGA

vos espaços pelo Museu e criando as condições necessárias à expansão do Projecto Museológico de Conimbriga, nomeadamente no que diz respeito à área do anfiteatro. Foi já desencadeado o processo de aquisição de cerca de 50 000 m²;

– Projecto 1.2. Integração do vale Norte no circuito de visita: dependente do processo de aquisições, contempla a valorização desta parte da área monumental da cidade, através da criação de um percurso que irá da Casa dos Repuxos ao Anfiteatro, valorizando espaços como o viaduto, o moinho e o lagar, praticamente afastados dos olhares do público. Para o efeito, será necessário desenvolver trabalhos de intervenção na estrutura fundiária, com o respectivo acompanhamento arqueológico, numa extensão aproximada de 350 metros;

– Projecto 1.3. Criação do pólo museológico de Condeixa-a-Velha:

a) Recepção de visitantes nas entradas do anfiteatro;

b) Instalação dos serviços de extensão cultural nos dois prédios situados sobre as galerias da entrada Poente do anfiteatro, entretanto adquiridos pelo Museu, bem como noutros cuja aquisição já foi proposta superiormente, que funcionariam como pequenos espaços de exposições temporárias e de apoio a escavações e à manutenção do edifício;

– Projecto 1.4. Acessibilidades internas e melhoria das condições de acolhimento:

a) Elaboração do projecto geral de paisagismo. Adequação da visita a toda a área das escavações antigas já aberta ao público: Casas dos Esqueletos, Cruz suástica, Repuxos, Cantaber, Tancinus (basílica paleocristã) e ínsula do aqueduto; Termas da muralha e do aqueduto, Zona E (Casa do Triente e da Espada);

b) Criação de condições de acessibilidade na visita de toda a área escavada nas escavações luso-francesas, permitindo a circulação pelas ruas e mantendo à vista os edifícios: ínsulas do “Terreno da Faculdade de Letras”, ínsula a Oeste do Fórum, ínsula do vaso fálco, ínsula a Norte das Termas e ínsula de Andercus;

c) Obra de adequação envolvente, para a criação de mais espaços de entrada e circulação na zona envolvente do perímetro arqueológico, bem como a renovação de alguns dos já existentes;

d) Reforço da imagem do perímetro arqueológico: obra de adequação geral, vedações, serventias e guardaria.

– Projecto 1.5. Nova oficina de mosaicos: é urgente retirar a oficina de restauro de mosaicos do perímetro arqueológico, considerando o seu impacto visual absolutamente negativo para o público e a falta de condições de trabalho que proporciona.

No quadro do segundo objectivo o do reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos, seleccionaram-se os seguintes projectos:

– Projecto 2.1. Criação de um Sistema de Informação Geográfica: o programa de comunicação de Conimbriga necessita de uma solução baseada nas mais recentes

signa por Sistema de Informação Geográfica. A Base de Dados associada ao Sistema de Informação deverá poder transformar-se num Arquivo Digital Multimédia, a utilizar isoladamente ou como suporte informativo do Sistema de Informação, através da ampliação dos tipos de objectos que pode armazenar e manipular, com especial foco em objectos multimédia (imagens, vídeos, modelos 3D, som, animações...).

A arquitectura do sistema deve poder permitir a sua extensão para o espaço geográfico mais amplo (do território e não só da cidade);



↑ Figura 20

Vestígios do anfiteatro de Conimbriga.

tecnologias utilizadas no desenvolvimento de Sistemas de Informação, Bases de Dados e Sistema de Informação Geográfica. O sistema a implementar deverá ser flexível, de forma a permitir não só a sua expansão futura, como a ligação a outros sistemas e outras formas de exploração, fundamentalmente através de um “browser” Web. Um Sistema de Informação funcionalmente adequado aos desafios que um espaço como Conímbriga coloca, deve ter uma arquitectura aberta, para assegurar a adaptação da solução às condições presentes e futuras. O Sistema de Informação base deverá ser capaz de organizar e armazenar a informação numa Base de Dados, e apresentá-la da forma mais adequada aos objectivos informativos / promocionais, educativos e científicos do Museu Monográfico de Conímbriga.

Este Sistema de Informação base deve incluir informação georeferenciada, passando a incluir o que normalmente se de-

– Projecto 2.2. Maqueta electrónica de Conimbriga: a modelação dará lugar à elaboração de animações em formato digital, as quais serão desenhadas e processadas de acordo com os guiões dos conteúdos, no que constitui a narrativa que se pretende transmitir aos visitantes. Com a elaboração dos guiões e conteúdo final dos programas, proceder-se-á à edição audiovisual multimédia dos programas propriamente ditos, os quais serão transpostos para DVD, sendo esta a forma final do produto;

– Projecto 2.3. Modernização do auditório: as crescentes solicitações de utilização do auditório aconselham aproveitar a oportunidade para o seu reequipamento por meios digitais. Isto incluiria projector de LCD,



Figuras 21 e 22

Nesta página e na seguinte, pormenores de mosaicos da Casa dos Repuxos.

"hardware" próprio e possibilidades de ligação "on-line" e video-conferência;

– Projecto 2.4. Sala de Exposições Temporárias: concebido como monográfico, não pareceu nos finais de 50, nem aquando da sua ampliação dez anos mais tarde, que o Museu de Conimbriga necessitasse de uma área para exposições temporárias. A dinâmica de contactos que entretanto ganhou, a falta em Coimbra de um grande espaço expositivo, e a aproximação que nos últimos anos tem vindo a afirmar-se entre o Município de Condeixa, o Museu e a Liga de Amigos de Conimbriga (LAC), são razões para que viesse a estruturar-se a intenção de nova ampliação. Em 1994, por incumbência da Directora do Instituto Português de Museus (IPM), definiram-se as linhas gerais de um programa que permitiria construir uma galeria de exposições com aproximadamente 650 m², dotar o museu de uma nova reserva e, por consequência, melhorar espaços de investigação e trabalho educativo. Esse programa deu lugar a um estudo prévio arquitectónico, aguardando-se instruções para o aprofundar.

Por último, o terceiro objectivo, que se dirige à valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados, e que é, potencialmente, um dos mais fortemente reprodutores no tecido social envolvente, vai ser atingido através de três projectos de investigação:

– Projecto 3.1. Investigação e reabilitação dos edifícios de espectáculo da cidade: o desenvolvimento deste projecto está, em parte, condicionado pelo processo de aquisições;

– Projecto 3.2. Investigação do sector a Norte do fórum com novos processos de registo: a característica singular de Conimbriga, no panorama das cidades romanas da Lusitânia de dimensão e importância comparáveis, é a sua desertificação no período medieval. Pode-se afirmar que a deterioração da conformação urbana de Conimbriga e a degradação do padrão romano, urbano, de ocupação do espaço, até à sua última transformação em campos de cultivo, é um dos mais interessantes campos de investigação em aberto na cidade.

Um projecto de investigação deste tema deve perseguir os seguintes objectivos: 1) Caracterizar, nas vertentes da arquitectura, da tecnologia de construção e da ocupação do espaço, o processo de evolução da cidade nos períodos tardo-romano e medieval; 2) Construir, testar e aplicar métodos de identificação e registo de contextos e evidências, adequados à natureza do terreno e dos fenómenos posicionais e pós-posicionais ocorridos; 3) Construir modelos coerentes de explicação dos fenómenos arqueológicos e dos factos históricos envolvidos, e disponibilizá-los à comunidade científica e ao público em geral de forma fácil, transparente e completamente acessível, em coordenação com a estrutura museológica existente;

– Projecto 3.3. Caracterização do território do *oppidum* e valorização dos seus núcleos: a parte portuguesa da província da Lusitânia não dispõe, em nenhuma zona atribuível ao território de um núcleo urbano, de um conjunto de dados arqueológicos consistentes sobre o que foi a ocupação do entorno rural desses núcleos. A principal condicionante do presente projecto é, de facto, o seu ineditismo. Pretende ser um instrumento de criação de conhecimento científico actualizado sobre as relações cidade / campo no mundo romano, transformando esse conhecimento em recurso cultural que contribua para o desenvolvimento sustentado das comunidades que actualmente ocupam o território envolvido. É esta visão global que conduz a enunciação dos objectivos concretos do projecto,

nomeadamente os científicos, como: 1) Rever, sistematizar e tornar disponível uma base de dados alfanumérica sobre a ocupação romana nos concelhos das terras de Sico, organizada como um Sistema de Informação Geográfica, 2) Estudar os dados sistemáticos sobre a ocupação rural romana da área, no âmbito de uma reconstituição histórico-arqueológica global do território da cidade de Conimbriga; 3) Incorporar nesta reconstituição os dados conhecidos sobre a economia e a ocupação periurbana da cidade; 4) Desenvolver estudos monográficos aprofundados sobre pólos de ocupação do território definidos como importantes para a caracterização geral do padrão de povoamento (*villae*, *vici*, etc.); 5) Prospectar sistemática e intensivamente zonas delimitadas de amostragem do padrão de ocupação.

Outros objectivos deste projecto são, ainda: 6) Conservação do Património arqueológico. Produzir, manter e gerir uma base de dados de suporte ao planeamento, na perspectiva da conservação dos sítios arqueológicos e sua salvaguarda relativamente às ameaças potenciais por projectos públicos e privados, na óptica da conservação pelo registo; 7) Valorização do Património e desenvolvimento sustentável. Criação de pólos de desenvolvimento local ligados aos valores patrimoniais, pelo desenvolvimento de escavações arqueológicas em extensão, com vista à abertura ao público dos sítios arqueológicos; 8) Envolvimento da comunidade científica. Estabelecimento de protocolos de voluntariado e formação com instituições universitárias nacionais e estrangeiras.

Um novo Museu?

A terceira fase de intervenção em Conimbriga passará necessariamente por uma profunda remodelação do Museu Monográfico ou, alternativa que o presente autor considera mais eficaz e mais económica, pela construção de um novo Museu, de raiz, com um contributo arquitectónico que adicione uma valência e um motivo de interesse suplementar, que a actual arquitectura não oferece.

A programação deste futuro Museu será, indiscutivelmente, um desafio: os museus em geral encontram-se numa conjuntura de mudança, de profunda mudança, que lhes coloca importantes reptos na res-

posta à criação de novas condições estruturais para o desenvolvimento e implementação do seu papel social: o de lugares de memória e de instituições de conservação dos vestígios do passado.

No mundo em que vivemos, este desafio coloca-se nos seguintes termos: ou os museus têm a capacidade de se tornar parceiros e agentes da evolução do meio em que se inserem, afirmando a necessidade e a urgência do seu papel cultural e educacional, ou esse papel será remetido à irrelevância, desmembrado no processo conflitual que preside a toda a construção social, política e ideológica moderna. Se esta proposta é lida como algo que vai contra a concepção tradicional do museu como instituição de grande estabilidade, de processo de intervenção social pré-estabelecido e sempre modesto no timbre e volume da sua intervenção pública, não é por acaso, é essa mudança a essência mesma da proposta.

Por outro lado, nenhum Museu de Conimbriga pode baixar a fasquia do que foi o papel do actual Museu nos anos oitenta.

Mas, num paradigma moderno da disciplina, qualquer coisa pode ser encarada como um Museu de Arqueologia. A Arqueologia constrói-se num olhar informado e numa fórmula de transmissão ao público do constructo intelectual que esse olhar permite e produz; é uma narrativa, uma proposta de compreensão do tempo e do espaço, e, como toda a realidade humana se desenha num tempo e num espaço, as possibilidades são infinitas.

O Património arqueológico é uma lição permanente de respeito e compreensão pela diferença cultural e mote para a reflexão das sociedades e dos homens acerca da



sua transitoriedade, *maxime* numa cidade deserta, como Conimbriga. Por outro lado, o Património arqueológico, na sua transversalidade relativamente à actividade humana e ao quadro natural onde ela se desenvolveu, é um instrumento privilegiado de afirmação das possibilidades de as comunidades viverem em equilíbrio com a Natureza.

Toda a intervenção sobre este Património deve respeitar os seus valores, estes mesmos que acabamos de identificar, e é neste quadro de respeito por esses valores que qualquer reflexão sobre um Museu de Arqueologia se deve inserir. Como podem os Museus de Arqueologia potenciar os valores culturais e pedagógicos do Património arqueológico, aproveitando a sua vasta dispersão territorial, sem distorcer esses valores, sem os explorar indevidamente e sem se substituírem à presença territorial desse Património?

A situação actual é, muito frequentemente, ainda herdeira directa da Arqueologia antiquarista de há dois séculos (artifi-

cialmente prolongada até aos nossos dias por uma Arqueologia de matriz histórico-cultural insuficientemente teorizada, que continua a depender muito do objecto e pouco da interpretação holística dos sítios). Isto acontece com a exposição funcionalista que presidiu ao conceito museográfico do actual Museu Monográfico.

É na concepção de Museu de Arqueologia que é necessário intervir: a Arqueologia é uma Ciência, um Museu de Arqueologia é um Museu de Ciência, e uma Colecção de Arqueologia é uma Colecção científica. A importância desta afirmação está em duas consequências que são lógicas e incontornáveis: não há Museologia de Ciência independente dos contextos de raiz da explicação dada, e em Museologia de Ciência a explicação é a outra face do explicado. São estes dois princípios que é necessário aplicar aos Museus de Arqueologia.

Há porventura razões para optimismo, pensando que Conimbriga continuará a ser pioneira, também nestes aspectos.

Referências

- ALARCÃO, A. (1989) – "O Sítio de Conimbriga e o seu Museu Monográfico". *Museum*, 161 (1): 22-24.
- ALARCÃO, A. e CORREIA, V. H. (2004) – "Conimbriga: investigação, salvaguarda e apresentação. Programas e projectos". Apêndice a CORREIA, V. H. (ed.). *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa: Ed. Âncora / Liga de Amigos de Conimbriga, pp. 120-128.
- ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., dir. (1974-1979) – *Fouilles de Conimbriga*. Paris / Conimbriga: MAFP / MMC. VII volumes.
- ALARCÃO, P. (2006) – "Conservação e Valorização em Conimbriga: projectos e obras". *Monumentos*, 25: 208-213.
- CORREIA, V. (1972) – "Estudos Arqueológicos". In *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Obras, vol. IV.
- CORREIA, V. H. (2001) – "Conservação e Musealização em Conimbriga: virtudes e dificuldades de duas abordagens conflituais". In *Conservação + Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*. Porto: Universidade Portucalense, pp. 85-93.
- CORREIA, V. H. (2002) – "Tecnologia de Informação Aplicada à Arqueologia". *Al-Madan*, 11: 241.
- CORREIA, V. H. (2003) – *Conimbriga. Guia das Ruínas*. Lisboa: IMC.
- CORREIA, V. H. (no prelo) – "A Gestão de Conimbriga". In FIGUEIRA, A. P. e BAPTISTA, M. (eds.). *Gestão de Atracções Turísticas em Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CORREIA, V. H. e ALARCÃO, P. (2008) – "Conimbriga: um ensaio de topografia histórica". *Conimbriga*, 47: 31-46.
- CORREIA, V. H. e BURACA, I. (2004) – "Um Conjunto de Materiais de Conimbriga na Colecção de Francisco Tavares Proença Júnior". In *Arqueologia. Colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: MFTPJ, pp. 118-121.
- DIRECÇÃO Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948) – "Ruínas de Conimbriga". *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 52-53.
- FERRO, A. (2003) – *Entrevistas a Salazar*. 2ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- MUSEU Monográfico de Conimbriga (2006) – *Regulamento Interno do Museu Monográfico e Ruínas Romanas de Conimbriga*. Documento interno, nos termos do art.º 53º da Lei 47/2004, de 19 de Agosto, em aprovação.
- OLEIRO, J. M. B. (1952) – "Conimbriga e Alguns dos Seus Problemas". *Humanitas*, 4: 32-42.
- OLIVEIRA, J. D. (2004) – *A Política Museológica do Estado Novo. O caso de Conimbriga*. Coimbra (Mestrado em História Contemporânea, policópia-do).